EXTENSÃO COMO ATO POLÍTICO: A experiência do projeto "Cuydados" na construção de práticas de educação em saúde para a população LGBT+

Eixo temático 28 - Narrativas, gêneros, sexualidades e educação: encontros insurgentes

Kueyla de Andrade Bitencourt [1]
Margarete Costa Santos [2]
Alessandro dos Santos Gonçalves [3]
Caroline Novaes Sousa [4]

RESUMO

Este texto relata a experiência do Projeto de Extensão *"Corpo, Sexualidade e Práticas de Cuidado"*, intitulado *"Cuydados"*, vinculado ao Instituto Multidisciplinar em Saúde - UFBA. A iniciativa tem como objetivo garantir direitos e combater a discriminação contra pessoas sexo-gênero dissidentes, com ênfase nas práticas de cuidado em saúde. O grupo desenvolve ações em parceria com coletivos e organizações LGBT+ para identificar demandas e estruturar estratégias de cuidado alinhadas às necessidades dessa população. A partir desse mapeamento, são realizados cursos, encontros e propostas ações que abordam temas como corpo, gênero, sexualidade e saúde. A atuação interdisciplinar e em rede fortalece o acesso à informação, reduz estigmas e aproxima a população LGBT+ dos serviços e práticas de saúde.

Palavras-Chave: Extensão Universitária, Combate à Discriminação, População LGBT+.

Introdução

Partindo do entendimento de que as atividades acadêmicas devem responder às demandas sociais emergentes, este trabalho apresenta o projeto de extensão "Corpo, Sexualidade e Práticas de Cuidado" (Cuydados). A proposta surge do interesse de discentes pelas temáticas das dissidências sexuais e do convite de organizações da sociedade civil à Universidade, visando enfrentar o estigma e a discriminação contra a população LGBT+ em Vitória da Conquista/BA. Desde 2016, o projeto articula universidade, serviços de saúde e movimentos sociais, promovendo ações fora do contexto acadêmico e estimulando a produção científica em um campo ainda pouco abordado nos currículos de saúde. A iniciativa assume um compromisso político e crítico, voltado à desconstrução de preconceitos e práticas discriminatórias.

[1] Doutora em Memória, Linguagem e Sociedade pela UESB, docente da UFBA -BA, kueyla@gmail.com
[2] Mestranda em Saúde Coletiva pela UFBA, mt.ufba@gmail.com;
[3] Graduando pelo Curso de Psicologia da UFBA, alessandrogoncalves@ufba.br ;
[4] Graduanda pelo Curso de Psicologia da UFBA, carolinenovaes@ufba.br.

O Brasil apresenta índices alarmantes de violência contra pessoas LGBT+, com altos níveis de homicídios e crimes motivados por ódio, reflexo da violência estrutural e da exclusão social. As raízes do preconceito remontam ao período colonial (PEIXOTO, 2018) e seguem naturalizadas, gerando efeitos subjetivos como a internalização da inferioridade. A ausência de legislação específica e a impunidade agravam esse cenário.

A temática da saúde LGBT+ ganhou visibilidade no Brasil a partir da epidemia de HIV/aids nos anos 1980, impulsionando parcerias entre o Ministério da Saúde e movimentos sociais (MOTT, 2006). Um marco importante foi o programa Brasil sem Homofobia (BRASIL, 2004), que articulava setores governamentais para garantir cidadania à população LGBT. Em 2004, criou-se o Comitê Técnico de Saúde da População GLBT (BRASIL, 2013), e, em 2011, instituiu-se a Política Nacional de Saúde Integral LGBT (Portaria nº 2.836/2011), aprovada pela Comissão Intergestores Tripartite. Essa política visa combater a discriminação e promover a equidade no SUS, dialogando com o programa Mais Saúde: Direito de Todos (2008).

O projeto Cuydados responde à vulnerabilidade no acesso à saúde por parte da população LGBT+ local, guiando-se pelas diretrizes da política nacional e pela noção de que o direito à saúde é fundamental para o exercício pleno da cidadania e para a superação da violência estrutural. A educação em saúde, nesse contexto, não apenas ensina práticas de cuidado, mas promove a compreensão dos fatores sociais que impactam o bem-estar, sendo crucial para desenvolver ações preventivas e inclusivas (AMÂNCIO, 2018).

Este trabalho apresenta as estratégias adotadas para combater a discriminação e garantir o direito à saúde da população LGBT+, a partir do mapeamento de demandas com movimentos sociais, da capacitação de profissionais do SUS e da produção de conhecimento junto a estudantes universitários. Busca-se, assim, sistematizar as experiências desenvolvidas nos últimos dois anos e refletir sobre os sentidos construídos coletivamente nesse percurso.

Experiências do projeto "CuyDados" em saúde LGBT+

Este trabalho tem como objetivo sistematizar as experiências desenvolvidas pelo projeto de extensão *"Corpo, Sexualidade e Práticas de Cuidado"* (*"CuyDados"*), ao longo dos últimos anos, aspirando dar visibilidade às suas ações, como também analisar criticamente suas estratégias de implementação e seus impactos no contexto social. Privilegia-se, nessa análise, três eixos centrais: O mapeamento das demandas e especificidades territoriais em saúde, realizado em diálogo direto com a população LGBT+; A capacitação de profissionais de saúde, com ênfase na

Atenção Básica, para a abordagem qualificada das necessidades dessa população; A produção e disseminação de conhecimento acadêmico, por meio de discussões teóricas e atividades extensionistas com estudantes da área da saúde, abrangendo tanto as políticas públicas específicas para LGBT+ quanto debates mais amplos sobre gênero e sexualidade.

No âmbito do mapeamento das demandas e especificidades em saúde, adotou-se uma abordagem fundamentada no diálogo horizontal com a comunidade LGBT+, transcendendo metodologias tradicionais de coleta de dados. Para tanto, combinou-se entrevistas estruturadas com atores institucionais, com uma imersão em espaços comunitários. Esta última se materializou através da participação ativa de extensionistas em eventos plurais, abrangendo desde manifestações políticas (marchas, paradas, seminários) até espaços informais de discussão (rodas de conversa). (GIATTI, 2021). Esta dinâmica evidenciou a potencialidade dos métodos participativos para superar assimetrias tradicionais na produção de saberes sobre saúde.

A formação de profissionais de saúde constituiu-se como um eixo estratégico do projeto, desenvolvido através de uma abordagem que articulou espaços institucionais e comunitários. As intervenções formativas ocorreram tanto in loco, mediante visitas sistemáticas às Unidades Básicas de Saúde, quanto em ambiente acadêmico, através da realização de cursos e oficinas temáticas. Essa dinâmica permitiu estabelecer um diálogo contínuo entre teoria e prática, entre saber especializado e conhecimento experiencial.

O projeto estabelece um processo contínuo de formação interna, que se inicia com um programa introdutório de letramento crítico sobre gênero e sexualidade para os novos extensionistas. Contudo, o processo formativo não se esgota nesta fase inaugural - ele se prolonga e se complexifica através de dispositivos pedagógicos diversos: grupos de estudo sistemáticos, ciclos de debates e eventos especializados. O caráter recursivo deste processo - onde ação e reflexão se alimentam mutuamente – demonstra que o projeto não se limita a aplicar conhecimentos pré-constituídos, porém preza uma práxis que interroga constantemente seus próprios pressupostos. Desta forma, o grupo desenvolve simultaneamente uma atuação comunitária engajada e uma vigilância epistemológica sobre suas intervenções.

Análise das dimensões do projeto de extensão

Os resultados obtidos revelam três dimensões inter-relacionadas no trabalho com a população LGBT+: Levantamento de Demandas e Desafios Institucionais; Formação Profissional e Intervenções Extensionistas; Processo Formativo dos Extensionistas.

A análise do mapeamento realizado evidenciou uma significativa desconexão entre os saberes da comunidade LGBT+ e os representantes institucionais no município. Essa lacuna manifesta-se tanto na falta de articulação política dos movimentos sociais quanto na insuficiente representatividade nos espaços decisórios. Os relatos individuais demonstram dificuldades concretas no acesso aos serviços de saúde, porém, observa-se a ausência de sistematização oficial sobre as barreiras específicas enfrentadas pelos diferentes segmentos dessa população. A inexistência de uma câmara técnica especializada na Secretaria Municipal de Saúde revela-se um fator agravante, com profissionais declarando desconhecer tanto a Política Nacional de Saúde Integral LGBT (BITENCOURT; RIBEIRO, 2019) quanto a própria demanda específica desse grupo populacional - fato que sugere processos simultâneos de invisibilização e patologização ainda presentes nas práticas institucionais.

As imersões em contextos profissionais de saúde funcionaram como dispositivos pedagógicos potentes, gerando uma retroalimentação constante no processo formativo dos extensionistas. Cada encontro com os profissionais da rede suscitava reflexões críticas sobre as práticas de cuidado, desvelando tanto avanços quanto contradições no atendimento à população LGBT+. Essas experiências, embora ricas em aprendizados, mantiveram um caráter exploratório e pontual, carecendo ainda de sistematização e articulação com as políticas municipais de educação permanente em saúde (SANTOS, 2022).

Apesar dessas iniciativas, até o presente momento, não se consolidou um programa estruturante de capacitação, que fosse organicamente vinculado às instâncias gestoras do SUS municipal. Esta lacuna aponta para um desafio central: a necessidade de transcender ações fragmentadas e construir uma proposta formativa integral, que dialogue com o Plano Operativo da política nacional de saúde LGBT+ e se insira nos fluxos institucionais de educação permanente do município.

Quanto as práticas formativas realizadas pelo projeto, o intuito é de munir o discente de ferramentas teóricas, técnicas e políticas para a atuação no campo profissional em temáticas referentes à saúde da população LGBT+, ao compreender que os estudantes que frequentam o projeto, advindos de vários campos disciplinares, serão os futuros profissionais de saúde que estarão atuando junto à essa população.

Esse processo contínuo de formação interna constitui o cerne epistemológico do projeto, analisando seu duplo papel como espaço de produção teórica e laboratório de intervenção social. Partindo de uma abordagem que integra os princípios da pedagogia crítica de Freire (1987) com

os aportes teóricos dos feminismos e estudos queer (BUTLER, 2003; HOOKS, 2013), observa-se como o projeto opera uma constante dialética entre reflexão acadêmica e prática extensionista.

Ainda sobre o processo formativo contínuo, vale ressaltar alguns pontos importantes que ele revela: primeiro o mecanismo de letramento crítico inicial sobre gênero e sexualidade direcionado aos/às estudantes novos/as que ingressam no projeto todo semestre; em seguida, os dispositivos pedagógicos permanentes de formação continuada, direcionados às pessoas que compõem o projeto a mais tempo sejam estudantes de graduação, pós-graduação, docentes ou pessoas de fora da universidade; outro aspecto é a dinâmica recursiva entre teoria e prática que caracteriza a práxis do grupo, uma vez que concomitante aos estudos, tem-se as práticas fora da universidade; e, por fim, os desafios de manter simultaneamente rigor acadêmico e engajamento comunitário.

Desse modo, essa reflexão demonstra como o projeto configurando-se como um espaço híbrido de produção de conhecimento engajado, onde os sujeitos envolvidos - extensionistas e comunidade - se constituem mutuamente através de processos contínuos de aprendizagem. O estudo desta experiência oferece contribuições relevantes para as discussões contemporâneas sobre educação em saúde e metodologias participativas em comunidade.

Considerações Finais

Os resultados deste estudo evidenciam a importância do projeto de extensão "Corpo, Sexualidade e Práticas de Cuidado" como estratégia de enfrentamento às desigualdades no acesso à saúde pela população LGBT+ no município de Vitória da Conquista/BA. A experiência analisada demonstra que a articulação entre universidade, serviços de saúde e movimentos sociais constitui um eixo fundamental para a efetivação da Política Nacional de Saúde Integral LGBT, revelando tanto avanços e desafios persistentes.
A análise tridimensional — mapeamento de demandas, formação profissional e capacitação discente — identificou como obstáculo central a desconexão entre saberes comunitários e institucionais. Essa lacuna reflete-se na ausência de estruturas técnicas especializadas na gestão municipal e no desconhecimento generalizado das políticas específicas por parte dos profissionais de saúde. Ainda assim, as intervenções realizadas demonstraram o potencial transformador da educação permanente, quando orientada pelos princípios da pedagogia crítica e em articulação com os referenciais feministas e queer.

O caráter dialógico do projeto, que integra produção teórica e intervenção comunitária em um processo recursivo, mostrou-se particularmente eficaz para superar as assimetrias tradicionais

na produção do conhecimento em saúde; desenvolver competências críticas nos futuros profissionais; e fomentar práticas de cuidado culturalmente sensíveis. A metodologia participativa adotada, baseada na escuta qualificada e na valorização dos saberes locais, demonstrou ser uma ferramenta potente para desvelar processos de invisibilização e patologização ainda presentes nos serviços de saúde.

Os principais desafios identificados referem-se à necessidade de ampliar a articulação interinstitucional com as instâncias gestoras do SUS; de desenvolver estratégias mais efetivas de educação permanente para profissionais já atuantes; e de consolidar sistemas de monitoramento e avaliação que permitam mensurar os impactos das intervenções realizadas. Esta experiência extensionista oferece contribuições relevantes para o campo da saúde coletiva ao demonstrar que a educação em saúde deve incorporar perspectivas interseccionais; que a formação profissional precisa articular as dimensões técnica, política e ética; bem como que as políticas de saúde LGBT+ exigem estratégias de implementação contextualizadas que considerem as especificidades territoriais.

Por fim, reforça-se o papel da universidade como espaço privilegiado para a construção de práticas inovadoras em saúde, desde que comprometida com o diálogo crítico com os movimentos sociais e com a transformação das realidades locais. O projeto analisado configura-se, assim, como uma experiência paradigmática de como a extensão universitária pode contribuir para a construção de serviços de saúde que possam servir a comunidade.

REFERÊNCIAS

AMANCIO, Evelyn Nadir et al. As práticas de promoção da saúde articuladas com os determinantes sociais-revisão integrativa. TCC (graduação) - Universidade Federal de Santa Catarina. Centro de Ciências da Saúde. Enfermagem. 2018.

BITENCOURT, Kueyla de Andrade; RIBEIRO, Larissa Bahia. População trans na atenção primária: aproximações e distanciamentos. **Revista Gênero**, Niterói, v. 20, n. 1, p. 157–170, jul./dez. 2019.

BRASIL. Conselho Nacional de Combate à Discriminação. Brasil sem Homofobia. **Programa de combate à violência e à discriminação contra GLBT e de promoção da cidadania homossexual.** Brasília, Ministério da Educação, 2004.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais.** Brasília: MS, 2011.

BRASIL. Ministério da Saúde. Comitê Técnico de Saúde da População GLBT. **Relatório final do Comitê Técnico de Saúde da População GLBT**. Brasília: Ministério da Saúde, 2013.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1987.

GIATTI, Leandro L. et al. Pesquisa participativa reconectando diversidade: democracia de saberes para a sustentabilidade. **Estudos Avançados**, v. 35, p. 237-254, 2021.

HOOKS, Bell. **Ensinando a transgredir**: a educação como prática da liberdade. São Paulo : Martins Fontes, 2013

MOTT, Luis. Homo-afetividade e direitos humanos. **Revista Estudos Feministas**, v. 14, p. 509-521, 2006.

PEIXOTO, Valdenízia Bento. Violência contra LGBTs no Brasil: premissas históricas da violação no Brasil. Revista **Periódicus,** v. 1, n. 10, p. 7-23, 2018.

SANTOS, Juliana Siqueira et al. Política de Educação Permanente em Saúde de Pernambuco, Brasil: estratégias de implementação. **Saúde em Redes**, v. 8, n. 1, p. 195-214, 2022.